



MACABÉA

REVISTA ELETRÔNICA DO NETLLI
ISSN 2316-1663

VOLUME 10, NÚMERO 1 | JAN-MAR 2021

<https://doi.org/10.47295/mren.v10i1.2905>

TEODORO BICANCA: REPRESENTAÇÕES DO REGIONALISMO NO NORTE PIAUIENSE



TEODORO BICANCA: REPRESENTATIONS OF REGIONALISM OF THE NORTH OF PIAUI

DANIEL CASTELLO BRANCO CIARLINI

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | O AUTOR
RECEBIDO EM 18/10/2020 • APROVADO EM 07/12/2020

Abstract

Regionalism is a complex literary trend in Piauí, especially in the first half of the 20th century. To define it. We require the understanding of the different circuits that make up the state: the northern, the central-northern and the southern. **Teodoro Bicanca**, by Renato Castelo Branco, one of the expressions of this class of works, summarizes the lines that define the northern region, mainly when it presents two distinct social structures, the rural and the urban, connected by economic interests. This way, the conflicting class aspirations outline unique modes of production and exploitation, which balances seem to converge to a common type of resistance to bossy behavior. Here we analyze the features that define its plot, based on characteristic types, contrasts of space, social hierarchy, protest language and popular imaginary, responsible for making this fiction the documentary record of a time and a society, with its economic-modern intercommunication networks and the arbitrariness of a sadistic power imposing system called: Coronelismo.

Resumo

O regionalismo é uma tendência literária complexa no Piauí, sobretudo na primeira metade do século XX. Definí-lo exige compreender os diferentes circuitos que compõem o estado: o nortista, o centro-nortista e o sulista. **Teodoro Bicanca**, de Renato Castelo Branco, uma das expressões dessa classe de obras, sintetiza as

linhas que definem a região norte, máxime quando apresenta duas estruturas sociais distintas, a rural e a urbana, conectadas por interesses econômicos. Nestas, as aspirações de classe, em conflito, delineiam singulares modos de produção e exploração, cujos saldos parecem convergir para um tipo comum de resistência ao mandonismo. Analisam-se aqui os traços que definem o seu enredo, pautado em tipos característicos, contrastes de espaço, hierarquização social, linguagem de protesto e imaginário popular, responsáveis por tornar essa ficção o registro documental de um tempo e de uma sociedade, com suas redes de intercomunicação econômico-modernas e as arbitrariedades de um coronelismo sádico.

Entradas para indexação

KEYWORDS: North of Piauí. Regionalism in literature. Renato Castelo Branco.

PALAVRAS-CHAVE: Norte piauiense. Regionalismo na literatura. Renato Castelo Branco.

Texto integral

O pobre é antes de mais nada alguém de quem se tirou alguma coisa que tinha, de modo a fazê-lo desejar outra coisa que não pode ter.
Eduardo Viveiros de Castro

A epígrafe deste artigo é um trecho da fala do antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro, proferida no colóquio “Questões indígenas: ecologia, terra e saberes ameríndios”, realizado no Teatro Maria Matos, em Lisboa, no dia 5 de maio de 2017. Não precisa de esforço para compreender nela uma verdade que expressa séculos de história americana. Em obediência à lógica conceitual do estudioso a respeito do vocábulo “indígena”, indicativo de quem tem “como referência primordial a relação com a terra em que nasceu ou onde se estabeleceu para fazer sua vida” (CASTRO, 2017, p. 4), pensa-se aqui em um de seus tipos em circunstância de pobreza, e que, em proporções específicas, sofre com a imposição e o desmantelo de seus costumes: o sertanejo ou, como se quer evidenciar, o homem da zona rural e ocidental do nordeste brasileiro, arraigado ao espaço e às tradições, cuja existência, em suas múltiplas facetas, vincula a terra à própria sobrevivência.

Muitas vezes castigado por intempéries e adversidades, esse sujeito se submete ao regime exploratório de sua força de trabalho e, como agregado de terras alheias sob a condução do coronelismo, torna-se paciente às mais vexatórias situações de humilhação moral e ao desfalecimento físico. Mais ainda, assiste, com penúria, as suas crenças e preceitos massacrados pelo senhor proprietário de latifúndio, acumulador de terras improdutivas, que se impõe a todos os submissos a sua “proteção”. Eis aqui, em poucas palavras, o que captara Renato Castelo Branco ao representar, tanto em ensaio (**A civilização do couro**) como em romance (**Teodoro Bicanca**), os caracteres definidores do regionalismo literário do norte piauiense. Constructos documental e fabular que inevitavelmente confirmam o entendimento de Gilberto Freyre, em 1933:

a monocultura latifundiária, mesmo depois de abolida a escravidão, achou jeito de subsistir em alguns pontos do país, ainda mais absorvente e esterilizante do que no antigo regime; e ainda mais feudal nos abusos. Criando um proletário de condições menos favoráveis de vida do que a massa escrava (FREYRE, 2019, p. 51).

Se na Zona da Mata o escravo foi substituído pelo “pária da usina”, no sertão nordestino o substituiu o “agregado sertanejo”. Os dois, porém, se igualam enquanto explorados e sobreviventes, sem terra ou habitação. De maneira correlata, as senzalas foram trocadas pelo puxadinho, o galpão ou ainda um pedaço de terra do senhor, onde se construiu a custo uma palhoça e nela o explorado habitou por tempo determinado – geralmente obediente a um ou dois ciclos de plantio e colheita, em cumprimento a certos períodos do ano.

Publicado em 1947, **Teodoro Bicanca** é provavelmente o mais significativo romance regionalista do norte piauiense. O enredo, controlado por um narrador extradiegético onisciente, reflete duas diferentes configurações sociais instaladas nessa porção do estado, a zona rural e a zona urbana; o interior e o litoral, respectivamente. A primeira obedece aos ditames da tradição representativa própria do espaço, sobretudo quando problematiza dois dos seus tipos característicos: o coronel, senhor de terras, e o agregado, “que vive da lavoura de subsistência em propriedade alheia, com consentimento do dono e, frequentemente, mas não necessariamente, executa pequenos serviços em troca” (MOREIRA, 2012, p. 115).

Na obra, esses “pequenos serviços em troca” vão muito além. Antes, é o agregado sujeito ao regime de semiescravidão, obtendo do lucro de seu trabalho uma parcela diminuta, já que a maior cabe ao dono da terra. Ademais, é o coronel quem empresta, a título de arrendamento, as ferramentas necessárias ao plantio, bem como comercializa, sem concorrência, as sementes do cultivo de suas terras – de tal forma que, no ajuste de contas, o agregado mais parece um sobrevivente, sem direito a uma fração do que produz. Com as dívidas em um crescendo, e impossibilitado de sanar os “compromissos” que se acumulam com o coronel, o agregado aos poucos se torna o proletário-escravo comentado por Freyre. O capital transgredido em produto e em força de trabalho é o grilhão que ata os dois sujeitos e retira as liberdades do explorado: o direito de declínio do trato, de investimento na própria individualidade, por exemplo, desaparece do horizonte, não mais por uma questão de honra (como reza a tradição dessas zonas), mas sob o risco de pagar o débito com a vida. Entre morrer de fome, de cansaço e sem esperança, resta ao proletário-sobrevivente fugir e tentar a sorte. A fuga, no entanto, muitas vezes, é o seu fim: torna-se caça para os capangas do senhor das terras e, na circunstância de fugitivo, é tratado como criminoso, cuja pena é a morte, para “servir de exemplo”.

Concentrado nas duas zonas, o enredo problematiza níveis hierárquicos de estrutura social, reflexos do *modus vivendi* do piauiense nortista no limiar da República Velha para o Estado Novo. Em um primeiro momento, a zona rural como região de fazendas (Areia Branca e Belo Pasto), mais ou menos distantes da zona urbana, tutelada pela figura de Damasceno, coronel dono da “Casa de Telha” e servido por seus subordinados fixos e flutuantes. Estes, advindos do Ceará, são retirantes da seca, tipo humano comum ao nordeste brasileiro, recebidos pelo

senhor de fazenda que “protegia os seus e os amparava nas horas aflitas, exigindo em paga, de baixo para cima, a obediência e a servidão” (SILVA, 2006, p. 9).

O regime de relações desassistido pelo estado, não por acaso, obedece a critérios desiguais. A sujeição a terras alheias obriga a sociedade dependente a experimentar as arbitrariedades de um chefe sádico – da violência física às explorações sexuais e de trabalho. O espaço, porém, não está desligado da zona urbana. Esta é apresentada, ressalvadas as limitações histórico-temporais, como uma estrutura sofisticada – lugar ideal aos que migraram com o desejo de crescer na vida pelo comércio ou na atividade liberal provinda do estudo. Ao migrar para este espaço, Teodoro, o protagonista, não escapa do rito de iniciação. Na cidade, percebe que a realidade social é distinta da zona rural:

O mundo começava a se apresentar a seus olhos de modo diferente. Não era mais composto apenas de coronéis e de agregados, mas dos que viviam nas casas de telha do centro da cidade, e dos que viviam nas palhoças da Coroa. Agora sabia que também nas casas de telha havia miséria, havia fome, havia impaludismo, havia doença. O centro também tinha seus agregados, os que trabalhavam nas lojas, nos escritórios, nas casas exportadoras. Eles eram diferentes dos que moravam nos palacetes. E os coronéis, também, tinham outros coronéis ainda maiores acima deles, os que compravam a cera, ou o babaçu, ou as peles, para mandar para estranja (CASTELO BRANCO, 2016, p. 80).

Este é um dos pontos passíveis de correlação entre **Teodoro** e os romances de 1930. Afinal, em muitos sentidos, o enredo também testemunha um país em vias de modernização,

reflexo dos primórdios do Brasil moderno, que se superpunha ao Brasil arcaico/agrário da costa e de suas imediações. E “moderno” quer dizer marcado pelas estruturas urbano-industriais de um capitalismo cujos centros situavam-se e situam-se no exterior (DACANAL, 1986, p. 17).

Tal desenho parece muito bem evidenciado nesse romance piauiense, com opostos que se completam ao nível de representação: enquanto a zona rural é isolada, constituída por uma população rarefeita, marginalizada e subserviente a um déspota; a zona urbana, ao estabelecer, pela via comercial, negócios e fluxos migratórios com países europeus e norte-americanos, é alicerçada por uma sociedade razoavelmente cosmopolita, cujos hábitos importados são expressão de suas sociabilidades. O olhar de Renato Castelo Branco, porém, não é para a elite do norte piauiense: assim como em toda a primeira parte do romance concentrada na zona rural, ao visualizar o espaço citadino o foco narrativo continua situado na figura de personagens marginalizados, atentando para a coexistência em contraste

dessas duas realidades, o que leva o protagonista a relacioná-las, à sua maneira, quando reflete sobre as diferentes classes sociais na sociedade capitalista:

O mundo de Teodoro tornava-se cada vez mais complexo, – era o mundo do bicho maior comendo o menor: o coronel comendo o agregado, o exportador comendo o coronel, a estranha comendo o exportador. E Teodoro fazia paralelos. Era como entre os outros bichos. O carrapato chupando o boi, o anum comendo o carrapato, o gavião comendo o anum (CASTELO BRANCO, 2016, p. 80).

Na observação de Teodoro, as duas realidades (a rural e a urbana) estão atadas pelo capital a partir de seu modo de produção e estrutura a hierarquia social nos mais variados níveis, em uma corrente de interdependência e exploração – algo, aliás, apontado por Raymond Williams em **O campo e a cidade** (1989). O esquema ficaria incompleto se não se acrescentasse que o Brasil é ex-colônia e, sob esta condição, herdeiro da visão hegemônica das potências de além-mar. Esse termo é significativo e de grande proveito à análise, sobretudo porque o romance problematiza a porção norte do estado, cujo extremo encontra uma cidade intimamente subordinada a essa estrutura de dominação, tanto econômica quanto cultural.

E é aqui que a intuição do texto pode ser explicada na fala de Teodoro a respeito da estrutura hierárquica dos coronéis, sobretudo quando sua escala de valores encontra o ponto mais alto na “estranja”, pelo menos ao que supunha o limite de visão do personagem. Tanto este, dentro das limitações de seu discurso, quanto o autor, em seu constructo narrativo, falam de um mesmo fenômeno, o imperialismo, representado no romance ao reverberar uma nota geográfica, onde “há a hierarquia de espaços segundo a qual o centro metropolitano e, aos poucos, a economia metropolitana são vistos na dependência de um sistema ultramarino de controle territorial, de exploração econômica e de uma visão sociocultural” (SAID, 2011, p. 112). É claro que não se está aqui diante de uma metrópole, mas de uma simples e pequenina cidade portuária que, por sua condição geográfica, desempenhou papel fundamental na estrutura econômica piauiense, principalmente quando, na primeira metade do século XX, como entreposto comercial, firmou vínculos com a Europa e com os EUA – o que a enquadra a um fenômeno mercantilista comum a outras cidades portuárias de ex-colônias como as americanas, em circunstâncias históricas congêneres e igualmente válidas para tal interpretação.

Ainda sobre a condição dúplice, entre o centro e o marginal, nota-se que ela consagra, no século XX, características que definem o tom da tendência regionalista no norte piauiense ao longo do século, algumas já esboçadas no período oitocentista. Entre os traços insistentes da fabulação prosaica ou poética piauienses, é possível citar o rio Parnaíba, componente fundamental ao enredo, a começar pelos vínculos profundos com as personagens nas duas zonas referidas. Em segundo, as superstições, algumas ligadas ao mesmo rio, outras à religiosidade, ou ainda a um misto delas, que constroem o imaginário popular temeroso ao castigo divino, quando de um comportamento ou de um pensamento contra os preceitos católicos:

As rolinhas eram sagradas, eram as galinhas de Nossa Senhora, mas Serafim não resistia à tentação de apanhá-las, vê-las caírem na arapuça, debatendo-se, ferindo as asinhas. Havia um misto de delícia e de medo naquela aventura. Pois às vezes Deus castigava Serafim e Teodoro por pegarem as galinhas de Nossa Senhora. O castigo se manifestava de muitos modos – ora uma picada de maribondo, ora um espinho de mandacaru, ora um piparote de Damião. Mas sempre vinha (CASTELO BRANCO, 2016, p. 18).

As caçadas são um capítulo à parte dessa tendência no Piauí. Refletiam, em muito, o *modus vivendi* do homem nordestino, que tinha a atividade não apenas para a subsistência, mas como prática desportista. Aliás, essa aventura pelas matas do estado chegou a dar a alcunha de “Poeta Caçador” a um dos mais significativos escritores oitocentistas do Piauí, Teodoro de Carvalho e Silva Castelo Branco, cuja produção fora reunida sob o título **A harpa do caçador** (1884) – o que bastou para colocá-lo, ao lado de José Coriolano de Sousa Lima e de Hermínio Castelo Branco, como um dos pioneiros do regionalismo literário em terras piauienses.

Esse regionalismo nortista, porque se encontra nas zonas do litoral e do sertão, ou pelo menos de um interior mais ou menos próximo à orla, acumula aspectos que o diferenciam de outros mais internados no estado; do centro-norte adiante. O vaqueiro, por exemplo, continua a existir porque a atividade pecuária é dividida com a extrativa (em especial, a exploração da cera de carnaúba e do babaçu), mas a sua força lírica, como herói, é compartilhada com um segundo tipo humano, também advindo do povo e comum, nessa época, às bacias sanfranciscana e parnaibana: o vareiro. Aliás, três atividades ligadas ao segundo maior rio do Nordeste são escalonadas de maneira hierárquica e despertam admiração e anseio em personagens por elas inspirados: a etapa inicial é geralmente praticada por meninos, a de carregador de pipa com água do rio e em lombo de jumento – meninos pobres em trabalho às famílias ricas de Parnaíba que “não tinham cacimba, tinham era poço, mas a água do poço era salobra, não prestava para beber. Então eles compravam água do rio a duzentos réis a pipa” (CASTELO BRANCO, 2016, p. 74). Em seguida, o vareiro do rio Parnaíba, responsável pela travessia das águas; e, por fim, o marinheiro, que singrava os mares e trazia consigo uma série de imagens e relatos de viagem que despertavam curiosidade, admiração e aspirações de aventura e mistério.

Dos anos de 1940 em diante esses espécimes surgem na literatura de forma cada vez mais presente, sendo **Teodoro Bicanca** apenas um índice. Em 1965, a figura do marinheiro aparecera no romance **Beira Rio Beira Vida**, de Assis Brasil; e a do vareiro em **Vareiros do rio Parnaíba & outras histórias**, de R. Souza Lima, publicado no ano de 1987. É claro que as duas últimas categorias sofreram transformações no decorrer dos anos: o marinheiro nas ficções referidas não pertencia a uma categoria profissional formal, na realidade exercia suas funções de maneira desassistida, muitas vezes a mando de companhias exportadoras. E o vareiro, também conhecido como “homem do rio” ou, em acepção vulgar, “porco d’água”, foi uma categoria de trabalhadores que o advento da modernidade

extinguiu, embora tenha resistido na memória de escritores como R. Souza Lima, que assim o define e explica a sua atribuição:

[sujeito] que antes de contar com o concurso da pequena embarcação a vapor teve ele mesmo de gerar a força motriz necessária para acionar as primeiras embarcações, desde o Porto Salgado até além do curso médio do rio Parnaíba. O processo empregado teria de ser inevitavelmente o uso da vara e do cabo de espiada de manilha, atados ao tronco das árvores robustas e crescidas ao longo das margens do rio, serviam de força auxiliar no seguimento da embarcação nos locais de corredeiras mais fortes (LIMA, 1987, p. 15).

Tem-se aqui pontuado que, em Renato Castelo Branco, a zona rural e a zona urbana estabelecem vínculos com as águas do referido rio: tanto a fazenda Areia Branca como a cidade instalam-se às margens do Parnaíba, circunstância esta não exclusiva da mesorregião nortista do estado, mas comum às demais que abrigam a bacia parnaibana – o que explica a representação literária de outros tantos autores da tendência reproduzirem essa mesma condição espacial de fazendas e cidades. **Teodoro Bicanca**, portanto, confirma a tese de que a seca, no regionalismo literário do Piauí, é uma alusão e não um eixo-temático. Quando surge, remete aos flagelados cearenses que fogem do fenômeno rumo ao vale parnaibano. É essa, aliás, a pré-história do romance. Os pais de Teodoro, não suportando as difíceis intempéries do semiárido, com ciclos ou períodos relativamente longos de seca no estado do Ceará, fogem para as terras úmidas piauienses:

Pairava sobre a fazenda um ar de miséria e de morte, quando Crispim, Damião e Teodoro chegaram à casa de telha. Nas palhoças por onde passavam, plantadas à beira da estrada, os moradores escondiam-se dentro de casa, quando viam, ao longe, aproximarem-se os flagelados. A seca levava sua testada candente até os barrancos do Parnaíba (CASTELO BRANCO, 2016, p. 21).

Como expressão dos desdobramentos do clima semiárido, **Teodoro Bicanca**, por situar o espaço no lado piauiense, evidencia a alternância climática como um fenômeno de ocorrências extremas: enchentes avassaladoras ou consequências da seca, embora ao norte a segunda não resultasse tantas mazelas. O impacto desses acontecimentos naturais sobre a narrativa não deixa de atingir o imaginário, o que explica os sete primeiros capítulos do livro. Há, não por acaso, planos muito distintos que merecem ser observados como concorrentes de uma postura mais realista do que folclórica. Esta, quando muito, surge transgredida em crenças, comportamentos e modos de expressão, mas nada que transcenda à verticalidade fabular da lenda, como fizera com maior propriedade Fontes Ibiapina em **Mentiras grossas de Zé Rotinho** (1977). Seu narrador, aliás, é mais ou menos polido, com um discurso regular, excetuando-se, vez por outra, o caráter de relato – denunciado em

reiteraões do tipo anafóricas, recurso comum ao ritmo da oralidade. Além disso, e diferente de Fontes Ibiapina no referido livro, não há a sobreposição de fábulas, e porque seu enredo não entrelaça o imaginário ao “real”, segue uno e linear.

A postura realista de Renato Castelo Branco permite especular, ainda, a resistência do proletário aos seus exploradores, ao trazer em personagens algumas associaões às cenas da cadeia alimentar, comumente vistas em criatórios da zona rural. Neste ponto, **Teodoro Bicanca**, ao descrever a zona urbana capitalista, alcança uma linguagem de denúncia e protesto, fortemente identificada com a consciência social:

Teodoro ficava pensando o que sucederia se os vareiros e os agregados se reunissem, para lutar contra os coronéis e os exportadores, como se reuniam para malhar a polícia nos botecos dos Tucuns. Os vareiros eram muitos, os estivadores eram muitos, os agregados eram muitos. E havia também os agregados das casas de telha, miseráveis como os outros, os agregados das fazendas. Que poderiam contra eles os coronéis e os exportadores, que eram tão poucos? Mas que podia o boi contra os carrapatos? Os carrapatos eram pequeninos, o boi era grande e forte. No entanto o boi não podia com os carrapatos. Ficavam grudados, chupando o sangue, e o boi não podia fazer nada (CASTELO BRANCO, 2016, p. 82).

Como estrutura, a base do sistema capitalista do Nordeste está na fazenda e na exploração da força de trabalho. A correlação das duas zonas, já dito, se torna evidente na mesorregião norte porque foi nela que uma sociedade mercantil se desenvolveu com maior rigor. Válido destacar que tanto em uma zona como em outra a exploração do trabalho, da parte dos agregados da zona rural, e a dos estivadores, agregados e vareiros da zona urbana, culmina em abalos na estrutura imposta, frutos de uma nascente consciência da parte dos trabalhadores que, embora na primeira não se organizem, na segunda se unem em torno de reivindicações. É bem possível que o despertar político da classe referida tenha encontrado *locus ideale* no meio urbano porque, no grande complexo agropastoril do nordeste brasileiro, foi “nas cidades ou sob sua influência que começaram a se desenvolver atividades sociais e políticas em que patenteiam interesses de grupos em choque na luta pela afirmação de poder” (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 2006, p. 54).

Embora esses grupos sejam observados como provindos de classes como as dos senhores rurais, dos comerciantes, dos pequenos industriais e dos profissionais liberais, não se pode deixar de reconhecer que esse terreno de agitações tenha contribuído para um ambiente de organizações sindicais. No Piauí, alguns dos mais antigos registros desse tipo de estrutura estão em cidades tipicamente comerciais, como Parnaíba e Floriano. Nesta, por exemplo, data de 1919 a fundação da União Artística Operária Florianense, cuja atuação contribuiu de maneira proeminente para a transformação social de seu meio, a citar o combate ao analfabetismo, a consciência dos problemas advindos do trabalho e a necessidade de cuidados com a saúde do trabalhador.

As reflexões do personagem de Renato Castelo Branco, logo, resultam de uma estrutura social que aos poucos começava a se insurgir, de baixo para cima, aproximando o romance ao que Paulo Moreira alude como “ficção proletária”, ao analisar o fenômeno nas Américas em estudo comparado dos trabalhos de Juan Rulfo, de Guimarães Rosa e de William Faulkner e, deste, o conto *The Hound*, onde se nota “a tomada de consciência de sua condição de classe por parte de um indivíduo alienado e explorado” (MOREIRA, 2012, p. 79). Assim é, em diversos graus, **Teodoro Bicanca**: na zona rural, quando demonstra a resistência dos agregados que ou simplesmente fogem do regime exploratório ou, em protesto, ateam fogo à plantação, debandando logo em seguida; e na zona urbana, uma perspectiva mais organizada em termos de coletividade, já que os trabalhadores, reunidos mais tarde em sindicato, tanto estivadores quanto vareiros e agregados emergem contra a exploração dos patrões e a consciência da luta de classes parece dar os ares mais substanciais ao enredo, quando os administrados exigem melhores condições de trabalho, salário digno e alimentação de qualidade e, por isso, sofrem com a repressão de um estado favorável às elites. Curioso atentar que o romance reproduz a divisão populacional que constava em recenseamentos pelo menos até 1940, quando o município de Parnaíba era dividido basicamente em três quadros: o urbano, o suburbano e o rural. Sua população, portanto, encontrava limites distintos dentro da cidade, o que estava no centro e o que estava às suas margens, o subúrbio – que, até o ano referido, representava três vezes mais habitantes que no centro, o “urbano”.

O livro, nesse sentido, ganha contornos de um realismo documental, tanto em uma esfera quanto em outra, afinal, representa um período de organização sindical no norte piauiense: do ano de 1918 em diante, Parnaíba, como o mais importante entreposto comercial do Piauí, assiste a uma progressiva modalização das classes de servidores do comércio e da insipiente indústria, ainda mal desenhada. A começar com a União Caixeiral de Parnaíba, fundada em 28 de abril de 1918, seguida do Centro Operário Beneficente Parnaibano, fundado em 7 de setembro de 1927; bem como os seguintes sindicatos: Associação Profissional dos Operários e Carpinteiros Navais (fundada em 18 de junho de 1941), Associação Profissional dos Professores do Ensino Primário e Secundário de Parnaíba (data de fundação não encontrada), Associação Profissional dos Contabilistas do Estado do Piauí (fundada em 4 de outubro de 1943), Associação Profissional dos Farmacêuticos no Estado do Piauí (fundada em 3 de julho de 1943), Associação Profissional dos Representantes Comerciais no Estado do Piauí (fundada em 4 de maio de 1943), Associação Profissional dos Trabalhadores em Oficinas Mecânicas de Parnaíba (fundada em 12 de abril de 1944), Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação de Parnaíba (fundada em 10 de janeiro de 1944), Associação Profissional dos Trabalhadores do Comércio Armazenador de Parnaíba (fundada em 27 de agosto de 1944) e Associação Profissional do Comércio Varejista do Estado do Piauí (fundada em 23 de setembro de 1942)¹.

Vale lembrar que é ainda nos primeiros anos do século XX que as classes sindicais organizadas do Piauí fundarão periódicos como bandeiras representativas de seus interesses. O fenômeno, índice dos mais claros da progressiva estruturação

¹ Dados coletados no **Livro do centenário de Parnaíba** (1945), organizado por Benedito dos Santos Lima e Benedito Jonas Correia.

reivindicatória, ocorrerá em Parnaíba, Teresina e Floriano. Na primeira, foi seu mais significativo veículo o jornal **O Artista**, fundado em 1919 e mantido pela Sociedade dos Artistas Mecânicos de Parnaíba; na capital, cita-se **O Paladino**; e em Floriano, o **Jornal Falado dos Artistas**, da União Operária – os dois últimos surgidos em 1921. Esse tipo de imprensa se diferenciava dos periódicos que respondiam como órgãos do comércio e da indústria, porque advinha de sociedades e sindicatos. Ademais, eram jornais redigidos por trabalhadores do comércio e da indústria e se dirigiam a esses mesmos agentes de classe, como uma espécie de microcampo simbólico de produção e recepção. Além disso, as suas vendas geralmente estavam direcionadas a obras de interesse coletivo, como o ensino dos filhos dos trabalhadores ou ainda para os próprios associados, que conciliavam ensino e trabalho ao estabelecerem o ensino regular noturno.

Já como documentário da zona rural, **Teodoro Bicanca** é o registro de heranças das culturas indígena e cabocla, cuja expressão talvez encontre grande representatividade na medicina popular. Matéria que ocupou a atenção de alguns folcloristas, a “medicina cabocla”, como ficou conhecida no espaço. Ela reflete o tratamento rústico e excêntrico para as enfermidades, praticado por indivíduos que não dispunham de opções químicas ou profissionais ligados ao ramo médico. Quem supre essas necessidades, em geral, são benzedeadas, mães-de-santo, curandeiras, quase sempre velhas ex-escravas que trouxeram de seus ancestrais peculiares soluções para variados tipos de convalescências. É o que se nota em Siá Ana:

Suas curas milagrosas eram contadas às centenas e não havia doença para a qual não tivesse um remédio. Diziam que havia um quarto, em sua palhoça, cheio de mezinhas de toda natureza – cascas, raízes e folhas, nas mais variadas infusões. Mas quando esses remédios falhavam, Siá Ana não se apertava: recorria aos excrementos – fezes de cachorro para sarampo, fezes humanas para picada de jararaca, fezes de cavalo para golpes, fezes de porco para hemorragia, de papagaio para dor de ouvido, de galinha para espinha maligna. Ou então era a saliva – cuspo em jejum e cuspo defumado do cachimbo – ou a urina, nas mais variadas aplicações. E quando tudo falhava, Siá Ana recorria ao infalível: a benção (CASTELO BRANCO, 2016, 32).

Embora publicado em 1987, **Vareiros do rio Parnaíba & outras histórias**, de R. Souza Lima, dialoga temporalmente com o enredo de Renato Castelo Branco em vários aspectos, em especial quando também traz esse tipo de curandeirismo. Se a “mezinheira” (como era conhecida a curandeira) de **Teodoro Bicanca** encontra-se na zona rural, a de R. Souza Lima pertence à zona urbana, Parnaíba: a “preta velha” tia Chica. As receitas para a cura dos males diferem, mas não deixam de fincar raízes nos mais peculiares métodos e ingredientes e, no caso desta, instruções ainda mais ousadas: “pinto vivo pisado no pilão e mais as rezas do ritual, que serviam para a cura e fechar o corpo do enfermo, em casos de ferimentos à faca ou cacete” (LIMA, 1987, p. 33; 35). Para outros males, tia Chica empregava receitas como:

embira para a prisão de obra e da urina; com carnaúba e angico, para a fraqueza do peito; com cabeça-de-negro, para entevamento do mal de amor; com cravinho, para empachamento e arrosto choco; com quina, para sezão ou morrinha no corpo; com raspa de unha... Bem, aí a coisa era diferente! Bastante diferente, sim, porque a raspa de unha só devia ser usada como defesa, pois era botar uma pitadinha que fosse no copo dum “mata-cachorro” ou no de quem andasse conluiado com ele e o efeito era como o dum tiro no ouvido. O infeliz tinha que cair dali a um nada, estrebuchando e se mijando todo até morrer. Também assim era com o feijão verde, botado no sobejo de copo deixado do outro dia (LIMA, 1987, p. 35).

Fora o estudo antropológico que “curas” desse tipo inspiram aos estudos regionais, há de se atentar para a sua insistência como objeto ao folclorista do norte piauiense. Alarico da Cunha, por exemplo, anos antes de **Teodoro Bicanca**, publicara no **Almanaque da Parnaíba** alusivo ensaio que discorre sobre alguns desses singulares tratamentos, que o autor compreendia como “misto de superstições portuguesas, fetichismo silvícola e macumba africana”. Em *A medicina cabocla* há um trecho que não só dialoga como demonstra, pelas escolhas discursivas e ordem de exposição, ter sido a fonte primária de Renato Castelo Branco:

Aplicam-se, pelas vias gástricas, fezes de cachorro para fazer sair o sarampo, fezes humanas para mordeduras de jararaca. Externamente aplicam fezes de cavalo para golpes, de porco para hemorragia; de papagaio para dor de ouvido e de galinha para espinhas infecciosas. A saliva tem uma vasta aplicação de uso externo, especialmente o cuspo em jejum e o cuspo defumado do cachimbeiro.

Há outras medicações que aberram do senso comum e ultrapassam as raias da selvageria pela repugnância que causam como o chá de batatas para enterite, o piolho de cabeça para dor de dente, cera de ouvido para desinfecção local e outras (CUNHA, 1944, p. 191).

É difícil identificar a origem desse tipo de prática, embora a bibliografia especializada costume relacioná-la aos africanos. Gilberto Freyre, por exemplo, em **Casa grande & senzala**, comenta que o médico João Curvo Semedo, em **Observações médicas doutrinárias**, de 1707, prescrevia tratamentos congêneres, à base dos mais exóticos materiais. Era esse o caso do droguista, também lusitano, João Vigier, sobretudo em sua **Farmacopeia Ulissiponense**, de 1715:

Remédios caseiros, comuns em Portugal e que de lá se transmitiram ao Brasil: chás de percevejos e de excremento de rato para desarranjos intestinais; moela de ema para dissolução de

cálculos biliares; urina de homem ou de burro, cabelos queimados, pós de esterco de cão, pele, ossos e carne de sapo, lagartixa, caranguejo etc. (FREYRE, 2019, p. 447).

Ao inferir reflexão acerca dessa prática, o sociólogo pernambucano enxerga, nela, o elo de uma prática comum a africanos, ameríndios e lusitanos, e conclui que “uma medicina que pela voz de seus doutores mais ortodoxos receita aos doentes tamanhas imundícies dificilmente pode firmar pretensões de superior à arte de curar dos africanos e ameríndios” (FREYRE, 2019, p. 447), e mais adiante denuncia “terem médicos, comadres, curandeiros e escravos sangradores contribuído quase por igual para a grande mortalidade, principalmente infantil e das mães, que por épocas sucessivas reduziu quase 50% a produção humana nas casas-grandes e nas senzalas” (FREYRE, 2019, p. 448).

A violência praticada de maneira arbitrária pelos poderosos coronéis é também uma característica recorrente em **Teodoro Bicanca**, todavia, o acesso que o enredo dá aos maus tratos ocorre pelo relato de ex-escravos e quase sempre distantes da zona urbana. Os atos de selvageria eram realizados em fazendas da zona rural, livres da presença do estado. Siá Ana, por exemplo, é uma das personagens que retém na memória os excessos de seus proprietários: “a tortura da surra que ela apanhara para denunciar seu negro [que fugira da senzala], surra tão grande que a deixara descadeirada, com uma perna manca que nunca mais sarou” (CASTELO BRANCO, 2016, p. 37). Esse aspecto não ficava apenas no regime de danos físicos, mas também morais: há, na retratação das relações entre coronéis e subordinados, um regime semifeudal que fazia do primeiro um explorador do segundo (seu agregado), sobretudo no ajuste de contas do arrendamento de terra e ferramentas para cultivo:

quando chegou na hora do ajuste, Damião ficou acabrunhado. Pelos cálculos do coronel o que ele tinha para receber não dava nem para pagar a dívida. Damião achou muito elevado o preço que o coronel cobrara pelas ferramentas, pelas sementes e pelo mantimento adiantado. E muito baixo o que pagara pelos dois terços da roça que lhe cabiam (CASTELO BRANCO, 2016, p. 41).

Exploração da força de trabalho e mandonismo arbitrário são ingredientes que levam o enredo a incorporar, da parte dos submissos, uma característica consequente: a resistência. E esta se dá, no regime do extrativismo, por meio do crime, a única via de protesto ao explorado: a queimada, elemento incorporado à retratação do regionalismo literário piauiense. Tal fenômeno, porém, incorpora diversos matizes e interpretações ao longo do século XX, sobretudo quando encarado como técnica de preparo do solo para cultivo: Da Costa e Silva, por exemplo, em seu **Zodiaco**, condena a sua aplicação; Álvaro Ferreira, em **Da terra simples**, a justifica como única acessível ao pobre.

No enredo de **Teodoro Bicanca**, no entanto, a queimada não tem relação com nenhum desses casos. Suas chamas, provocadas por Crispim, metaforizam a fúria

incontida dos que sofrem com os desmandos e em ato rebelde põem termo às esperanças de liberdade dos agregados mais passivos e aos sonhos de lucro em cima do trabalho alheio. O fogo, nesse aspecto, como fator de resistência, ganha ares de protesto. Daí o sofrimento de Damião (agregado como Crispim), que não deixa a fazenda e assiste, com desespero, ao seu roçado ser destruído pelo fogo. Vencido pela miséria, pela destruição e pelas lembranças sofridas de sua família definhada pelas intempéries, quando da migração do Ceará para o Piauí, Damião se torna um corpo sem alma. Trabalha para um carrasco que o obrigara a executar uma tarefa suicida, a de batedor de pó de carnaúba em recinto fechado, atividade que aos poucos consome, por sufocamento, os seus pulmões. Passivo à exploração do trabalho, sofrido em desesperança, este personagem, em certo momento, vaga na fazenda como que anestesiado do mundo, apático, meia-vida:

limitava-se aos trabalhos da casa de telha. Não tinha mais iniciativa. O que o coronel mandava, fazia. E só. Mesmo assim, às vezes, relaxava cada vez mais. Damasceno ficava indignado, gritava, chamava nomes. Mas Damião não se endireitava, não dizia nada. Outrora fora um homem respeitado, gabava-se de não receber ordens, era senhor de sua vida. Não ouvia desaforo, nem que fosse do rei. Mas agora não era o mesmo. Não adiantava reagir. O que tinha de ser já estava escrito (CASTELO BRANCO, 2016, p. 57).

O seu fim não é outro senão a morte: entregue ao álcool, joga-se ao rio e morre afogado, deixando o filho, Teodoro, aos cuidados de Siá Ana. Outro padecente é o agregado Malaquias, que sofre o peso da “desonra” da filha grávida de um “desconhecido” (o coronel Damasceno), ocorrência grave em uma sociedade patriarcal, agudizada quando alcança repercussão. O romance representa, em suma, uma sociedade rural refém de um dono de terra, destruidor de sonhos e de vidas, cuja arrogância e egoísmo parecem guiados por aquilo que Marcos Vilaça e Roberto Albuquerque (2006) chamam, em estudo sobre o perfil do coronel no sertão nordestino, “culto do machismo”, o de ser “cabra-macho” – espécie de déspota capaz de todas as arbitrariedades possíveis. No enredo, é este sujeito o ponto de gravidade de onde partem todas as mazelas de sua periferia, não escapando, sequer, a própria família. Hortência, a esposa, resignada e humilhada testemunha, no mandonismo e no sadismo do esposo, a desonra e o adultério como práticas recorrentes. Aliás, esta última é mais uma das características do “cabra-macho” que povoa o imaginário de poderes do coronel, “macho para com as fêmeas, mulheres suas – muitas vezes, mais de uma ao mesmo tempo –, que lhe deixam prole de filhos tanto legítima quanto ilegítima” (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 2006, p. 59). Como se nota, uma herança direta da formação patriarcal brasileira, que tem no sadismo uma das suas mais fortes expressões, muito viva no século XX, sobretudo nas porções internadas do país, embora esse imaginário também sobre-exista no ambiente citadino:

Resultado da ação persistente desse sadismo, de conquistador sobre o conquistado, de senhor sobre escravo, parece-nos o fato,

ligado naturalmente à circunstância econômica da nossa formação patriarcal, da mulher ser tantas vezes no Brasil vítima inerme do domínio ou do abuso do homem; criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai ou do marido (FREYRE, 2019, p. 114).

Na história, Hortência é apenas mais uma das vítimas do coronel, que opera livremente em uma estrutura social que torna a própria esposa refém de *violência simbólica* – no sentido de um dos termos teóricos mais caros de Pierre Bourdieu. Tanto Hortência como outros tantos personagens ligados diretamente ao coronel suportam o peso da existência com o auxílio da religião ou de credices populares de toda ordem. E, em sua falta, o martírio e a morte surgem como último refúgio e descanso.

O oposto de Hortência é Genoveva, dois perfis de mulher referentes às zonas rural e urbana, respectivamente. Dona dos destinos do esposo, Tenório, e querendo submeter aos seus caprichos o filho advogado, Abedias, o caráter desta personagem é o de liderança, impondo-se à família: “dona Genoveva era, para ele, um verdadeiro símbolo – um símbolo da alma e dos preconceitos de centenas de donas Genovevas que ditavam o código de moral de Parnaíba” (CASTELO BRANCO, 2016, p. 103). A análise de algumas histórias que permeiam os séculos XIX e XX parece confirmar essa anteposição, especialmente em cidades localizadas em zonas costeiras e dependentes de uma economia de mercado. No vizinho estado do Maranhão, São Luís, por exemplo, a biografia de Ana Jansen, uma das muitas personagens históricas que no Nordeste se tornou lenda pela força do imaginário popular, aponta para a mesma estrutura comportamental em família: seu esposo, coronel Isidoro, não tinha a força nem o talento para os negócios com os quais a família dependia, sendo o poder de decisão e de mando exercido pela esposa.

Não bastasse a estrutura congênere no quesito feminino em porções de terra com localizações correlatas, Ana Jansen seria, no século XIX, a versão feminina de Simplício Dias da Silva, no que se refere a um personagem histórico alçado à condição de lenda. Os dois se igualam na transmissão narrativa de familiares de escravos, que compartilharam pela oralidade folclórica os tratos cruéis com os quais seus ancestrais sofreram, em um acúmulo de anedotas enriquecidas pela força da memória coletiva em *continuum*.

Em últimas palavras, **Teodoro Bicanca**, apesar de publicado em 1947, estabelece fortes laços com a prosa de 1930. Lido em conjunto com o ensaio **A civilização do couro**, introduz a imagem de um Nordeste limítrofe, na transição entre duas configurações geográficas distintas: na porção ocidental, o Maranhão, reconhecido como apêndice da opulência da Mata Atlântica; e na porção oriental, o problema da seca herdado dos estados fronteiriços – com maior destaque o Ceará. Entender essas duas realidades, e a sua peculiar condição transicional, é vislumbrar alguns traços que nortearam representações nos campos da criação literária e do imaginário popular. Somando-se a peculiar circunstância de proximidade da orla marítima, facilitadora de vínculos comerciais de exportação e importação que promoveram, conseqüentemente, o intercâmbio entre várias culturas que se difundem e se espalham ao longo das duas zonas aqui problematizadas.

Referências

CASTELO BRANCO, Renato. **Teodoro Bicanca e A civilização do couro**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Os involuntários da Pátria. In: **Chão da Feira**, Belo Horizonte, n. 65, p. 1-9, 2017.

CORREIA, Benedito Jonas; LIMA, Benedito dos Santos. **O livro do centenário de Parnaíba**: estudo histórico, corográfico, estatístico e social do município de Parnaíba. Parnaíba: Gráfica Americana, 1945.

CUNHA, Alarico da. A medicina cabocla. **Almanaque da Parnaíba**, Parnaíba, ano 21, n. 21, p. 189-191, 1944.

DACANAL, José Hildebrando. **O romance de 30**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2019.

LIMA, R. Souza. **Vareiros do rio Parnaíba & outras histórias**. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 1987.

MOREIRA, Paulo. **Modernismo localista das Américas**: os contos de Faulkner, Guimarães Rosa e Rulfo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Alberto da Costa e. Em louvor deste livro. In: VILAÇA, Marcos Vinícios; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. **Coronel, coronéis**: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 7-11.

VILAÇA, Marcos Vinícios; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. **Coronel, coronéis**: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Para citar este artigo

CIARLINI, D. C. B. Teodoro Bicanca: representações do regionalismo no norte piauiense. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 10, n. 1, 2021, p. 423-438.

O Autor

DANIEL CASTELLO BRANCO CIARLINI é doutor na área de Estudos de Literatura, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Letras, pela Universidade Estadual do Piauí. Licenciado em Letras/Português pela UESPI. Membro do Núcleo de Estudos Literários Piauienses (NELIPI) e Núcleo de Estudos em Literatura e Imprensa Oitocentista (NELIO), professor Adjunto I da Universidade Estadual do Piauí e atua principalmente nos seguintes temas: Literatura, História da Literatura, Teoria da Literatura, Crítica Literária, Literatura e Imprensa e Vida Literária.